

## **A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS NA REGIÃO CENTRO Factos e consequências**

O crescimento do emprego no país nos últimos quatro anos foi muito insuficiente (0,8%) e apenas à custa do aumento da precariedade (em mais 20%).

O mesmo se verificou na Região Centro. O emprego aumentou apenas 0,1% desde o final de 2004, tendo a precariedade crescido 22%. Os contratos sem termo aumentaram apenas 1,8%. A região tem 185,4 milhares de trabalhadores com contratos não permanentes, situação que atinge 21% do total de assalariados.

O sector produtivo regional perdeu 7,5 mil postos de trabalho neste período (menos 3%). O emprego de mais alta qualificação teve uma quebra de 5,5%.

A Região Centro tem uma taxa de desemprego de 5,7%, sendo de 6,5% entre as mulheres. O desemprego cresceu 22% face ao 4º trimestre de 2004, muito acima da média nacional.

No final de Fevereiro os desempregados inscritos nos centros de emprego dos cinco distritos do centro do país ultrapassavam os 68 milhares. O fim de trabalho não permanente é a primeira causa do desemprego na região (34%), seguindo-se os despedimentos (19%), que cresceram 71% no último ano.

Somente 58,6% dos desempregados tem prestações de desemprego na região. Os valores médios do subsídio de desemprego por beneficiário atingem no máximo os 508 euros. O subsídio social de desemprego não ultrapassa, em média, os 332 euros.

O salário médio mensal líquido da região (652 euros) é de 85% da média nacional. 44% dos trabalhadores auferem menos de 600 euros, sendo de 53% na agricultura, silvicultura e pesca. O Centro é a segunda região do Continente com maior percentagem de trabalhadores a receber salário mínimo nacional (10,6% face a 9,5% no Continente).

A dívida aos trabalhadores que perderam os postos de trabalho por encerramento de empresas é de mais de 56 milhões de euros e abrange mais de 4.300 trabalhadores.

O peso da Região Centro no PIB nacional tem-se mantido constante, em torno dos 17%, ou seja, esta região representa perto de 1/5 do total da riqueza produzida em Portugal.

Na Região Centro só duas sub-regiões (Pinhal Litoral e Baixo Mondego) têm um valor do PIB per capita acima da média nacional (15.377 euros/ano), sendo a média da região de 13.097 euros/ano. A situação que conduz a valores do produto por habitante na Região Centro na ordem dos 85% da média nacional, mantendo-se constante ao longo dos últimos quatro anos, traduz o sub-aproveitamento da força de trabalho e o elevado desemprego.

O valor médio produzido por trabalhador na Região Centro é 1.790 euros/mês, o que, comparado com o salário médio da região – 652 euros, dá uma aproximação do grau de exploração que os trabalhadores estão sujeitos.

Estes dados traduzem a aposta num modelo de desenvolvimento baseado nos baixos salários, na fraca qualificação e na reduzida incorporação valor acrescentado no processo produtivo.

Tem havido uma progressiva desresponsabilização do Estado no que respeita ao investimento público. Os montantes previstos para 2009 no país estão 31% abaixo dos previstos para 2005 em termos nominais. As quebras nos cinco distritos do centro são ainda mais acentuadas do que no conjunto do país (55%).

Na Região Centro a percentagem de pobres (20%) é ainda elevada do que no total nacional (19%). A despesa em protecção social (26% em 2006) é mais baixa que a média da UE27.

Os lucros dos grandes grupos económicos e financeiros são o espelho de quem tem vindo a beneficiar da política de direita. Só no ano de 2008, o lucro de 18 grupos económicos, equivale a 460 euros por português, numa intolerável apropriação de riqueza e ineficaz distribuição do rendimento.

70% da população empregada no país tem apenas o 9º Ano de escolaridade, percentagem que atinge quase os 78% na Região Centro. Somente 5,6% dos adultos dos 25 aos 64 anos residentes na região participou na aprendizagem ao longo da vida, tendo o abandono escolar precoce diminuído muito pouco face a 2004 (38% nesse ano e 32% em 2008).

As Novas Oportunidades abrangeram apenas 27% dos adultos em cursos de educação e formação face ao previsto até final de 2007. Por outro lado, o grau de desperdício do investimento em educação é elevado e está a aumentar. A taxa de desemprego dos licenciados (6,7% no 4º trimestre de 2008), não é a mais elevada de todos os níveis de ensino, mas ultrapassa a dos que não completaram qualquer grau de ensino (5,7%) e aumentou desde final de 2004 (era 5,8%).

As pensões de reforma pagas pela Segurança Social são muito baixas (menos de 387 euros/mês, em média, no país). Nos cinco distritos do centro do país são ainda mais baixas, especialmente no distrito da Guarda.

Estes são dados objectivos que demonstram que a situação social no nosso país e na Região Centro está em retrocesso em muitos domínios. Pela injustiça que a consubstancia e as desigualdades que promove, esta é uma política que não serve os interesses dos trabalhadores e do país. Hoje, mais do que nunca, é necessário promover uma ruptura com a política de direita.

Portugal precisa de uma outra política que respeite e valorize os direitos dos trabalhadores; promova uma mais justa repartição da riqueza e assumam a coesão social como prioridade; assegure um desenvolvimento mais equilibrado do país, combatendo as assimetrias regionais e a progressiva desertificação de vastas áreas do interior.

**Mudar de rumo é urgente, necessário e possível.**

**3 de Abril de 2009**